



**MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL
SUPERINTENDÊNCIA DO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
DIVISÃO DE GESTÃO DE SUPRIMENTOS**

Termo Nº 211/2019-DGES/DIRAD

Belém-PA, 01 de Agosto de 2019.

Processo nº 59004.001344/2019-67

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Aquisição de mobiliário, máquinas e utensílios em geral, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e seus anexos, para uso nas dependências administrativas na sede da SUDAM em Belém/PA, e no escritório de representação da SUDAM em Brasília/DF.

ITEM	CATMAT	DESCRIÇÃO	Quantidade / Sede Belém - PA	Quantidade / Escritório Brasília - DF	TOTAL
1	380713	Mesa de trabalho em "L"	50	-	50
2	232134	Gaveteiro volante	50	-	50
3	266664	Cadeira Giratória, espaldar alto, apoio de cabeça	20	02	22
4	339849	Cadeira giratória, espaldar alto	50	02	52
5	235819	Mesa de reunião circular	05	-	05
6	287926	Cadeira para interlocutor fixa	25	-	25
7	222841	Frigobar	05	01	06
8	235196	Forno microondas	05	-	05
9	132039	Apoio para pés	20	-	20
10	251400	Bebedouro	05	-	05
11	259348	Escada em alumínio 08 degraus	03	-	03
12	306288	Escada em alumínio 03 degraus	03	-	03
13	238460	Carro Plataforma	01	-	01
14	265322	Carrinho para transportar água	02	-	02
15	326726	Paleteira	01	-	01
16	270595	Palets Plásticos	20	-	20
17	412005	Televisor smart led 55 polegadas	-	01	01
18	20591	Estante rack	-	01	01
19	254977	Sofá 03 Lugares	-	02	02

2. **FUNDAMENTAÇÃO LEGAL**

2.1. A licitação será processada pelo Sistema de Registro de Preços, por enquadrar-se nas hipóteses previstas no art. 3º, incisos I, II e IV, do Decreto nº 7.892/2013. E terá como base, ainda: o artigo 14 da Lei 8.666/93; o art. 3º, incisos I a III e art.11, da Lei nº 10.520/2002, os incisos I, III e V do art. 9º do Decreto 5.450/2005 e Decreto nº 7.892, de 23/01/2013.

3. **JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A presente aquisição é destinada atender às necessidades operacionais da SUDAM, com o objetivo de viabilizar a continuidade de suas atividades.

4. **CLASSIFICAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes do objeto deste Termo correrão à conta de recursos específicos, consignados no Orçamento Geral da União, na seguinte dotação orçamentária: Fonte: 280 Elemento de Despesa: 44.90.52 – Material Permanente, Programa de Trabalho: 04.122.2111.2000.0001.

5. **CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL**

5.1. Consoante art. 5º da IN SLTI/MPOG Nº 01/2010 os bens devem ser consituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2

5.2. Deverão ser observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

5.3. Os bens deverão ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento;

5.4. Os bens deverão ser livres de substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva ROHS (Restricion of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenilpolibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

5.5. A comprovação do disposto nos itens acima poderá ser feita mediante apresentação de certificação emitida por instituição pública oficial ou instituição credenciada, ou por qualquer outro meio de prova que ateste que o bem fornecido cumpre com as exigências; e

5.6. Selecionada a proposta, antes da assinatura do contrato, em caso de inexistência de certificação que ateste a adequação, a SUDAM poderá realizar diligências para verificar a adequação do produto às exigências do ato convocatório, correndo as despesas por conta da licitante.

5.7. Para os licitantes de produtos ou subprodutos de madeira deverá ser apresentado certificado conforme descritos a seguir:

5.7.1. Visando atender a Instrução Normativa nº 01 de 19 de janeiro de 2010, que estabelece critérios de sustentabilidade para contratação de bens na administração pública, exigir-se-á, na aceitação de proposta, para todos os produtos ou subprodutos de madeira que compõem o mobiliário que, obrigatoriamente, sejam oriundos de florestas nativas ou plantadas, tendo procedência legal certificada de manejo florestal sustentável.

5.7.2. Para tal comprovação poderão ser apresentados os seguintes certificados:

5.7.2.1. Certificado (selo) de Cadeia de Custódia CERFLOR;

5.7.2.2. Certificado (selo) de Cadeia de Custódia FSC – Forest Stewardship Council;

5.7.2.3. Certificado (selo) Rótulo Ecológico Ambiental ABNT, ou similares, desde que emitidos

por entidade ou organismo credenciador (certificador) reconhecido nacional ou internacionalmente.

5.7.3. Os referidos certificados (selos) deverão ser próprios, ou seja, vinculados à fábrica (empresa). Não serão aceitos certificados referentes aos fornecedores da matéria-prima utilizada na produção do mobiliário.

5.7.4. Os Certificados de Cadeia de Custódia apresentados terão sua validade confirmada, por meio de consulta via internet nos sites das entidades emissoras;

5.8. A SUDAM poderá, a qualquer tempo, por amostragem, nas entregas dos produtos, solicitar a comprovação de que todos os componentes de madeira utilizados na fabricação dos mesmos contenham madeira de origem nativa ou plantada, procedentes de manejo florestal sustentável, de acordo com a Certificação apresentada.

5.9. Para os itens enquadrados no Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 06, de 15/03/2013, o pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie imediatamente, sob pena de não aceitação da proposta, o comprovante de Registro do fabricante do produto no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 31, de 03/12/2009, e legislação correlata.

5.10. A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, imprimindo-o e anexando-o ao processo;

5.11. Caso a fabricante seja dispensada de tal registro, por força de dispositivo legal, o licitante deverá apresentar o documento comprobatório ou declaração correspondente, sob as penas da lei.

6. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

6.1. O prazo de entrega dos bens é de 20 (vinte), dias contados a partir da Ordem de Fornecimento expedida pelo Setor de Patrimônio da SUDAM, em remessa única ou parcelada conforme a referida Ordem de Fornecimento e endereços estabelecidos no quadro abaixo:

SUDAM - Sede (Belém/PA)	Endereço para entrega: Tv. Antônio Baena, 1113, Bloco E, bairro: Marco - CEP: 66093-020 - Belém - PA, no horário de 8h30 às 11h00 e das 14h00 às 16h00.
SUDAM - Escritório de Representação (Brasília / DF)	Endereço para entrega: SGAN Quadra 906, Módulo F, Bloco A, Edifício Celso Furtado, 3º andar, sala 324/325 - Bairro: Asa Norte - CEP: 70.790-060 - Brasília - DF, no horário das 8h30 às 11h00 e das 14h00 às 16h00

6.2. O prazo para montagem, instalação dos bens/materiais e realização de limpeza final é de 20 (vinte) dias corridos, contados da entrega, obedecendo seus respectivos endereços de entrega.

6.3. O recebimento do material dar-se-á em duas etapas:

6.3.1. Os bens serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 (dez) dias, contados da entrega dos materiais, obedecendo seus respectivos locais de entrega, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com a especificação constante do Termo de Referência.

6.3.2. Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 05(cinco) dias, contados da conclusão da montagem, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

6.3.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

6.4. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as

especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades. A notificação interromperá o prazo de recebimento, passando a contar a partir da nova entrega do objeto.

6.5. Caso a substituição não seja efetuada a Contratante poderá rescindir a contratação, sem prejuízo das penalidades cabíveis.

6.6. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

6.7. Deverão estar incluídos no preço unitário todos os impostos, taxas e encargos sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, assim como despesas com transportes, os quais correrão por conta da contratada.

7. **GARANTIA DOS MATERIAIS**

7.1. Especificada no anexo I, conforme o item.

8. **DA MANUTENÇÃO DAS OBRIGAÇÕES**

8.1. Durante todo o contrato a empresa, deverá manter as condições de habilitação.

9. **DAS NORMAS**

9.1. Na execução do objeto contratado deverá (ão) ser (em) observado(s), pela(s) empresa (as) contratada(s), o que estabelece:

9.1.1. A Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 – Código de Defesa do Consumidor;

9.1.2. A Instrução Normativa nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da SLTI do MPOG (Sustentabilidade Ambiental);

9.1.3. A lei 8666/93, de 21 de junho de 1993 e suas alterações;

10. **A PROPOSTA COMERCIAL DEVERÁ CONTER:**

10.1. Nome da firma participante, com sua qualificação.

10.2. Declaração de que os preços cotados incluem impostos, taxas, seguros e quaisquer outros encargos que incidam sobre os respectivos bens.

10.3. Prazo de validade da proposta, que deverá ser de, no mínimo, 60 (sessenta) dias, contados a partir da entrega da mesma.

10.4. Assinatura do representante legal ou procurador devidamente constituído.

10.5. Indicação expressa e nominal do representante legal, apto para assinar possível contratação, com a sua respectiva qualificação jurídica.

10.6. Indicação expressa do endereço para entrega de correspondência oficial.

10.7. Marca e modelo do item constante na proposta.

11. **DA SUBCONTRATAÇÃO**

11.1. Não será admitida a subcontratação do objeto descrito neste TR.

12. **QUALIFICAÇÃO EXIGIDA**

12.1. A qualificação técnica será comprovada, na fase de habilitação, mediante apresentação de, pelo menos, um atestado de capacidade técnica, compatível com o objeto desta licitação, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

12.2. No caso de apresentação de atestado de empresas privadas, não serão considerados aqueles apresentados por empresas participantes do mesmo grupo empresarial da contratada. Serão

consideradas como de mesmo grupo, empresas controladas pela contratada, ou que tenham pelo menos uma pessoa física ou jurídica que seja sócia da empresa emitente e da contratada.

12.3. O(s) atestado(s) de capacidade técnica deverá (ão) contemplar, no mínimo, as seguintes informações:

- a) Nome da empresa ou órgão que fornece o atestado;
- b) Endereço completo;
- c) Manifestação acerca da qualidade do serviço prestado; e
- d) Identificação do responsável pela emissão de atestado com nome, função e telefone para solicitação de informações adicionais de interesse do Pregoeiro.

12.4. À SUDAM reserva-se o direito de realizar diligências e comparecer aos locais indicados nos atestados e demais documentos, para confirmação das informações conatadas e comprovação da boa execução e eficiência dos serviços, com base no § 3º, Artigo 43 da Lei nº. 8.666/93;

13. CERTIFICAÇÃO TÉCNICA

13.1. A Certificação deverá referir-se ao objeto licitado como forma de aferir se o mesmo atende os requisitos mínimos de: eficácia, segurança, semelhança de finalidade, estrutura básica, material e acabamento, considerando a normalização da Associação Brasileira de Normas Técnicas.

13.2. Os licitantes deverão comprovar que seus produtos atendem às seguintes normas técnicas:

- 13.2.1. ABNT NBR 13961:2010 (Gaveteiros);
- 13.2.2. ABNT NBR 13966:2008 (Mesas);
- 13.2.3. ABNT NBR 13962:2006 e ABNT NBR 16405:2015 (Cadeiras);
- 13.2.4. IEC 60335-2-80 – Ed. 2.2b (Eletrodomésticos e similares);
- 13.2.5. ABNT NBR 16242:2016 (Paletes)

13.3. Em relação aos aparelhos de micro-ondas, frigobar e televisor, o pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente a comprovação de eficiência energética classificada pelo INMETRO na categoria "A" (selo Procel categoria A).

14. ALTERAÇÃO SUBJETIVA

14.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

15. CONTROLE DA EXECUÇÃO

15.1. O fornecimento dos materiais será acompanhado e fiscalizado por equipe previamente designada pela Administração, para a qual deverá ser dirigida toda e qualquer solicitação da contratada.

15.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

15.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências

relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

16. DO PAGAMENTO

16.1. O documento de cobrança/nota fiscal deverá ser apresentado, em 02 (duas) vias, devidamente protocolado, constando o número do Contrato e Nota de Empenho;

16.2. O pagamento será realizado no prazo de 10(dez) dias úteis, contados do atesto da nota fiscal.

16.3. Os pagamentos inferiores a R\$ 17.600,00 deverão ser feitos em até 5 (cinco) dias úteis contados do atesto da nota fiscal, nos termos do §3º do art.5º da Lei 8666/93.

16.4. Além das informações usuais deverão constar da nota fiscal os dados bancários para pagamento (número da conta corrente, agência, nome do banco e se a empresa é optante pelo "SIMPLES"). Sendo optante pelo "SIMPLES" deve ser enviada uma cópia do termo de opção juntamente com a nota fiscal;

16.5. Todos os lançamentos da NOTA FISCAL devem ser iguais ao constantes do contrato;

16.6. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciará após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

16.7. Antes do pagamento à contratada será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas neste Termo de Referência (TR).

16.8. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

16.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

16.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

16.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

16.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

16.13. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

16.14. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pelo Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$I = (TX/100)$$

$$365$$

$$EM = I \times N \times VP, \text{ onde:}$$

I = Índice de atualização financeira;

TX = Percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso.

17. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

17.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste TR;

17.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes deste Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

17.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

17.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão/servidor especialmente designado;

17.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos neste TR e seus anexos;

17.6. Permitir o livre acesso dos empregados da contratada nas dependências da SUDAM, para entrega dos materiais;

17.7. Solicitar a substituição dos materiais que apresentarem defeito durante a entrega e a utilização; e

17.8. Atestar as faturas correspondentes;

17.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente TR, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

18. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

18.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes neste instrumento, seus anexos e proposta, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

18.2. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e

local constantes neste instrumento e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade;

18.3. O objeto deve estar acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada nas cidades de Belém/PA e Brasília/DF;

18.4. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

18.5. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

18.6. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

18.7. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

18.8. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

18.9. Declarar que durante o período de garantia assume e se compromete a cumprir diretamente, ou se for o caso, por intermédio da credenciada, as obrigações relacionadas a seguir:

18.9.1. Atender as chamadas do usuário para assistência técnica, diretamente ou por intermédio de sua credenciada;

18.9.2. Prestar a assistência técnica, compreendendo reparos e substituições de peças, às suas expensas, obrigando-se a colocar os móveis em perfeito estado de uso, no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contadas a partir da solicitação da Contratante; e /ou trocar o móvel/equipamento entregue no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis se os defeitos não forem corrigidos a contento;

18.9.3. Se a executante dos serviços de montagem e garantia não for a própria Contratada, declarar expressamente, o(s) nome(s) e endereço(s) da(s) empresas, que executará(ão) os serviços de montagem e garantia dos móveis/equipamentos, nas cidades de Belém/PA e Brasília/DF, sem qualquer ônus adicional para a Contratante.

18.9.4. A Contratada responsabilizar-se-á e arcará pelo transporte do material desmontado, da sede da empresa para qualquer das Unidades que se fizerem necessárias;

18.9.5. Responsabilizar-se pela montagem do mobiliário no local desejado pela Contratante;

18.9.6. Entregar dentro do prazo de validade e entregar o termo de garantia de cada produto devidamente preenchido de acordo com as especificações e demais condições;

18.9.7. Repor os materiais em que se verifiquem danos em decorrência do transporte, providenciando sua substituição no prazo máximo de 20 (vinte) dias, contados da notificação que lhe for entregue oficialmente pela Contratante, sem ônus adicional para a Contratante;

18.9.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento parcelado, conforme a estrita exigência do Edital e especificações deste Termo de Referência;

18.9.9. Responder por todos os ônus referentes ao fornecimento, como transporte, embalagens, e também os encargos trabalhistas, previdenciários, comerciais e salários dos seus empregados;

18.9.10. Colocar à disposição da contratante todos os meios necessários para comprovação da qualidade dos materiais fornecidos, permitindo a verificação de sua conformidade com as especificações e exigências do Edital e deste anexo.

18.9.11. Obter todo e qualquer tipo de licença junto aos Órgãos Fiscalizadores para o perfeito fornecimento do material, sem ônus adicionais para a contratante.

18.9.12. Entregar o objeto no tempo, lugar e forma estabelecidos;

18.9.13. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8666, de 1993.

18.9.14. Respeitar as normas e procedimentos de controle e acesso às dependências da SUDAM;

18.9.15. Responder pelos danos causados diretamente à SUDAM ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, durante a entrega dos materiais, não excluindo ou deduzindo essa responsabilidade à fiscalização ou acompanhamento pela SUDAM;

18.9.16. Apresentar, sempre que solicitados, documentos que comprovem a procedência do produto fornecido;

18.9.17. Manter os seus empregados devidamente identificados por uniforme e crachá quando em trabalho dentro das dependências da SUDAM.

18.9.18. Em relação aos seus empregados, responsabilizar-se por todas as despesas decorrentes da execução do fornecimento dos bens descrito no objeto deste termo, tais como: salários, seguro de acidente, taxas, impostos e contribuições, indenizações, auxílio alimentação de qualquer ordem, vales-transportes, vantagens trabalhistas decorrentes de acordos, convenções ou dissídios trabalhistas, e outras que porventura venham a ser criadas e exigidas.

19. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

19.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 8.666, de 1993 e da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

19.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;

19.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;

19.1.3. fraudar na execução do contrato;

19.1.4. comportar-se de modo inidôneo;

19.1.5. cometer fraude fiscal;

19.1.6. não manter a proposta.

19.2. A Contratada que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem acima ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

19.3. Advertência por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;

19.4. Multa moratória de 0,2% (zero vírgula dois por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;

19.5. Multa pela demora em substituir o material rejeitado, a contar da data da notificação da rejeição: 1% (um por cento) do valor do material recusado, por dia decorrido até o máximo de 10 dias;

19.6. Multa pela recusa da Contratada em substituir o material rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetuada nos cinco dias que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor do material rejeitado;

- 19.7. Multa pelo não cumprimento de qualquer condição fixada neste instrumento e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.
- 19.8. Multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 19.9. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 19.10. Suspensão de licitar e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 19.11. Impedimento de licitar e contratar com a União com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
- 19.12. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a Contratada ressarcir a Contratante pelos prejuízos causados;
- 19.13. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
 - 19.13.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
 - 19.13.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
 - 19.13.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.
- 19.14. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 19.15. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.
- 19.16. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

20. **DA RESCISÃO**

- 20.1. Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas nos artigos 77 e 78, na forma do artigo 79, da Lei nº 8.666/93.
- 20.2. O Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a juízo da CONTRATANTE, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.
- 20.3. No caso de rescisão do Contrato, a CONTRATANTE fica obrigada a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.
- 20.4. Na ocorrência da rescisão prevista no “caput” deste item nenhum ônus recairá sobre o CONTRATANTE, em virtude desta decisão.
- 20.5. Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, desde logo, o direito do CONTRATANTE de adotar, no que couber, as medidas previstas no artigo 80, da Lei nº 8.666/93.

21. **DA VIGÊNCIA CONTRATUAL**

21.1. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, a contar da data de sua publicação no Diário Oficial da União.

21.2. O contrato a ser celebrado terá a duração de 12 (doze) meses, contados da data da publicação no Diário Oficial da União.

22. VALOR ESTIMADO

22.1. Esma-se esta contratação no valor global de R\$ 311.729,78 (Trezentos e onze mil, Setecentos e vinte e nove reais e setenta e oito centavos).

23. DISPOSIÇÕES FINAIS:

23.1. As empresas deverão ser responsáveis pela fidelidade e legimidade das informações e documentos apresentados em qualquer época;

23.2. Nenhuma responsabilidade caberá à SUDAM em relação a terceiros, em decorrência de compromissos assumidos entre esses e a proponente vencedora;

23.3. Qualquer elemento, informação ou esclarecimento sobre a presente especificação, será fornecido no horário comercial, na sede da SUDAM, 4º andar Bloco "C", situado na Travessa Antônio Baena, 1113 – Marco - Belém - Pará – CEP: 66.093-550 ou pelos fones: 4008-5551 e 4008-5697

24. ANEXOS

I - Especificações

II - Modelo de proposta de preço

III – Modelo de declaração de sustentabilidade ambiental



Documento assinado eletronicamente por **Dieri do Socorro da Silva Eugenio, Analista Técnico Administrativo**, em 01/08/2019, às 15:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Francisco Otávio Figueiredo Bandeira, Gestor de Patrimônio**, em 01/08/2019, às 16:20, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Nadia Cristina Cristo do Rosário, Responsável pelo Almoxarifado**, em 01/08/2019, às 16:23, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo Santos, Chefe de Divisão**, em 01/08/2019, às 16:40, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



Documento assinado eletronicamente por **Keila Adriana Rodrigues de Jesus, Diretor Subsultuto(a)**, em 02/08/2019, às 16:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.sudam.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0174955** e o código CRC **68CEDAA6**.